



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2025**  
(Do Senhor Marcos Tavares)

Institui o Programa Nacional de Infraestrutura de Carregamento Solar-Público para Veículos Elétricos em Rodovias Federais (PROSOL-VE), que estabelece diretrizes e obrigações para a implantação de estações de recarga de veículos elétricos e híbridos plug-in movidas a energia solar fotovoltaica nas rodovias sob jurisdição federal, com vistas à descarbonização do transporte, à transição energética e à promoção da mobilidade sustentável.

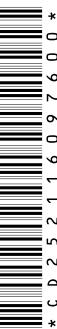
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Infraestrutura de Carregamento Solar-Público para Veículos Elétricos em Rodovias Federais (PROSOL-VE), com a finalidade de implementar rede pública de estações de recarga elétrica abastecidas por energia solar fotovoltaica, destinadas a veículos elétricos e híbridos plug-in, ao longo da malha rodoviária sob jurisdição da União.

Art. 2º São objetivos do PROSOL-VE:

- I – promover a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor de transporte rodoviário;
- II – incentivar a transição energética no Brasil por meio do uso de fontes renováveis e limpas;
- III – garantir infraestrutura pública de recarga elétrica segura, acessível e interconectada;
- IV – fomentar a indústria nacional de equipamentos fotovoltaicos e tecnologias de mobilidade elétrica;
- V – reduzir a dependência de combustíveis fósseis e estimular o desenvolvimento de rodovias sustentáveis;
- VI – assegurar interoperabilidade entre estações, padronização técnica e integração com plataformas digitais de mobilidade.

Art. 3º Compete ao Ministério de Minas e Energia (MME), em articulação





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

com o Ministério dos Transportes, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL):

I – planejar a implantação das estações de recarga solar nas rodovias federais, em articulação com concessionárias e permissionárias;

II – definir diretrizes técnicas para geração, armazenamento e fornecimento de energia elétrica;

III – autorizar o uso de áreas de domínio público ao longo das rodovias federais para instalação das estações;

IV – priorizar a instalação das estações em pontos estratégicos com grande fluxo de veículos e relevância logística;

V – promover parcerias público-privadas (PPP) e concessões especiais para implantação, operação e manutenção das estações;

VI – garantir que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da energia utilizada para recarga seja proveniente de fonte solar fotovoltaica instalada localmente.

**Art. 4º** O PROSOL-VE deverá contemplar:

I – a instalação de estações de recarga rápida e ultrarrápida a cada 100 km (cem quilômetros) de rodovia federal pavimentada;

II – sistema de armazenamento de energia elétrica por baterias de lítio ou tecnologia equivalente, com capacidade mínima de 50 kWh por ponto;

III – integração com o Sistema Brasileiro de Mobilidade Elétrica (SBME) e com o aplicativo Gov.br Mobilidade Sustentável;

IV – estrutura de monitoramento remoto em tempo real das estações e dos níveis de geração solar;

V – sistema de pagamento unificado e interoperável para usuários de veículos elétricos, com tarifas reguladas pela ANEEL.

**Art. 5º** As concessionárias de rodovias federais deverão incluir, nos próximos aditivos ou novas licitações de concessão, cláusulas obrigatórias de implantação de infraestrutura de recarga solar pública, conforme diretrizes do PROSOL-VE.

**Parágrafo único.** A ANTT supervisionará o cumprimento das metas de implantação e manutenção, podendo aplicar sanções contratuais e





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

Apresentação: 18/11/2025 17:07:04.453 - Mesa

PL n.5895/2025

administrativas em caso de descumprimento.

Art. 6º O financiamento das ações previstas no PROSOL-VE poderá ocorrer por meio de:

- I – dotações orçamentárias da União;
- II – recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC);
- III – receitas de concessões e parcerias público-privadas;
- IV – créditos de carbono e instrumentos financeiros verdes;
- V – cooperação internacional e fundos multilaterais de transição energética.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em até 180 (cento e oitenta) dias, definindo os padrões técnicos, as metas de implantação, as condições de operação e as diretrizes de integração com o setor privado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**





**JUSTIFICATIVA**

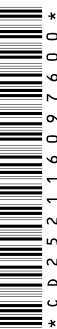
A presente proposição visa instituir o Programa Nacional de Infraestrutura de Carregamento Solar-Público para Veículos Elétricos em Rodovias Federais (PROSOL-VE), com o objetivo de acelerar a transição energética no transporte rodoviário brasileiro, reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) e viabilizar a mobilidade elétrica de forma sustentável, descentralizada e pública.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o setor de transporte responde por cerca de 47% do consumo total de derivados de petróleo no Brasil, sendo o principal responsável pelas emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) do segmento energético. Dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG/Observatório do Clima, 2024) apontam que o transporte rodoviário brasileiro emitiu cerca de 190 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> e em 2023, o equivalente a 33% das emissões do setor energético nacional.

Ao mesmo tempo, o mercado de veículos elétricos e híbridos no Brasil cresce de forma exponencial. Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE, 2024), o país ultrapassou a marca de 260 mil veículos eletrificados em circulação, com crescimento anual de 85% desde 2021. Entretanto, o número de estações públicas de recarga rápida ainda é insuficiente: são apenas cerca de 3 mil pontos ativos, concentrados principalmente em regiões metropolitanas.

A ausência de infraestrutura pública ao longo das rodovias federais é apontada como um dos principais obstáculos à expansão da mobilidade elétrica no país. Estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2024) demonstra que o Brasil necessitará de ao menos 12 mil pontos de recarga nas principais rotas logísticas até 2030, para garantir segurança e autonomia energética à nova frota elétrica nacional.

O uso de energia solar fotovoltaica como fonte primária de recarga representa uma oportunidade estratégica e ambientalmente vantajosa. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2024), o Brasil já ultrapassou 37 GW de potência instalada em geração solar, com custo médio de US\$ 0,04 por kWh, tornando o país líder na América Latina em energia solar distribuída. A integração dessa matriz limpa às rodovias federais permitirá reduzir





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

custos operacionais e emissões, além de gerar créditos de carbono e novas receitas públicas.

A proposta é inspirada em modelos internacionais de sucesso, como o “Green Highway Program” da Suécia, o “EV Superhighway” da Austrália e o “Electric Road System” da Noruega, todos baseados em infraestrutura de recarga renovável em rodovias nacionais. Esses países obtiveram reduções médias de 30% nas emissões de transporte rodoviário e aumentaram significativamente a adoção de veículos elétricos.

No contexto brasileiro, a implantação do PROSOL-VE está alinhada à Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), à Lei nº 14.300/2022 (Marco Legal da Geração Distribuída), ao Plano Nacional de Energia 2050 (EPE/MME) e à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, que estabelece meta de neutralidade climática até 2050.

Além disso, o programa contribuirá para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7, 9, 11 e 13 da Agenda 2030 da ONU, relacionados à energia limpa, inovação, cidades sustentáveis e ação climática.

A implantação de estações solares públicas de recarga em rodovias federais também ampliará a competitividade logística, reduzirá a dependência de combustíveis fósseis e posicionará o Brasil entre os países líderes na adoção de infraestrutura verde em transporte.

Por essas razões, o PROSOL-VE representa uma política pública de vanguarda, ambientalmente responsável, economicamente viável e tecnologicamente estratégica, consolidando o Brasil como referência global em mobilidade elétrica sustentável.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**

